

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 476, DE 1997

(Do Sr. Valdemar Costa Neto e Outros)

Inclui artigo ao Título IX - Das Disposições Constitucionais Gerais, estabelecendo critério para efeito de pagamento de aposentadoria, quando o segurado houver pertencido a diferentes regimes de previdência social e revoga o § 3º do art. 40 e o § 2º do art. 202 da Constituição Federal.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Fica incluído o seguinte art. 247 no Título IX - "Das Disposições Constitucionais Gerais".

"Art. 247. Quando o segurado houver pertencido a diferentes regimes de previdência social, o pagamento da aposentadoria a que este fizer jus caberá aos respectivos regimes, obedecidas as regras próprias relativas à determinação do valor do benefício, previstas na legislação específica e respeitado critério de proporcionalidade em função do tempo de filiação a cada um deles."

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o § 3º do art. 40 e o § 2º do art. 202 da Constituição Federal.

Justificação

A proposta de emenda constitucional que ora apresentamos busca fixar critério para efeito de pagamento de aposentadoria a segurados que tenham pertencido, no decorrer de sua vida laboral, a diferentes regimes de previdência social.

O texto constitucional, no art. 40, § 3º, determina que o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal deve ser computado integralmente para efeito de aposentadoria e, no art. 202, § 2º, assegura, para o mesmo efeito, a contagem

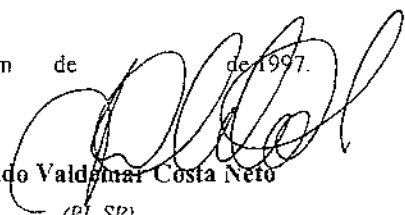
recíproca do tempo de contribuição nos vários regimes previdenciários, obedecidos critérios especificados em lei.

Ocorre que, frente à inexistência de norma regulamentadora desses dispositivos constitucionais, os regimes de previdência social, principalmente os administrados por Estados e Municípios que instituíram Regime Jurídico Único, vêm-se hoje obrigados a arcar com o pagamento de aposentadorias a servidores que contribuíram durante a maior parte de seu tempo de vida ativa para outros sistemas previdenciários.

A presente proposta de emenda constitucional pretende corrigir tal equívoco, estabelecendo critério que privilegia o tempo de filiação do segurado, quando da determinação da responsabilidade do pagamento de aposentadoria por parte dos regimes a que este esteve filiado. Com essa proposta não mais recairá, apenas, sobre o último regime o dever de efetuar o pagamento integral da aposentadoria a que o segurado faz jus, passando-se a instituir agora um sistema de responsabilidade compartilhada entre todos os regimes de previdência a que este esteve vinculado.

Acreditando estar suprimindo importante lacuna da atual legislação e certos do inegável impacto positivo que a presente proposta ensejará, especialmente para os Estados e Municípios, esperamos contar com o apoio dos ilustres Parlamentares para assegurar a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 1997.


Deputado Valdemar Costa Neto
(PL-SP)

22/05/97

Assinaturas Confirmadas

ADEMIR CUNHA
ADEMIR LUCAS
ADHEMAR DE BARROS FILHO
ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
AFFONSO CAMARGO
AGNELO QUEIROZ
ALBERICO CORDEIRO
ALBERICO FILHO
ALBERTO GOLDMAN
ALCESTE ALMEIDA
ALCIONE ATHAYDE
ALEXANDRE CERANTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA
ANTONIO BALHMANN
ANTONIO BRASIL
ANTONIO DO VALLE
ANTONIO GERALDO
ANTONIO JORGE
ARLINDO VARGAS
ARMANDO ABILIO
ARMANDO COSTA
ARNALDO FARIA DE SA

ARNON BEZERRA
ATILA LINS
AUGUSTO CARVALHO
AUGUSTO NARDES
B. SA
BASILIO VILLANI
BENEDITO DOMINGOS
BENEDITO GUIMARAES
BETINHO ROSADO
BONIFACIO DE ANDRADA
CARLOS AIRTON
CARLOS APOLINARIO
CECI CUNHA
CORIOLANO SALES
COSTA FERREIRA
DE VELASCO
DELFIN NETTO
DERCIO KNOP
DILCEU SPERAFICO
DILSO SPERAFICO
DJALMA DE ALMEIDA CESAR
DUILIO PISANESCHI
EDINHO BEZ
EDSON SILVA
ELIAS MURAD

ELISEU MOURA
ELTON ROHNELT
ENIVALDO RIBEIRO
EUJACIO SIMOES
EULER RIBEIRO
EURIPEDES MIRANDA
EXPEDITO JUNIOR
FERNANDO GABEIRA
FERNANDO LYRA
FERNANDO ZUPPO
FETTER JUNIOR
FEU ROSA
FIRMO DE CASTRO
FRANCISCO HORTA
FRANCISCO SILVA
GENESIO BERNARDINO
GILVAN FREIRE
GONZAGA MOTA
GONZAGA PATRIOTA
HELIO ROSAS
HILARIO COIMBRA
HUGO RODRIGUES DA CUNHA
IBRAHIM ABI-ACKEL
IVO MAINARDI
JAIR BOLSONARO

JAIR SOARES
 JAIR AZI
 JOAO HENRIQUE
 JOAO IENSEN
 JOAO MAGALHAES
 JOAO MENDES
 JORGE WILSON
 JOSE ALDEMIR
 JOSE BORBA
 JOSE CARLOS COUTINHO
 JOSE DE ABREU
 JOSE GENOINO
 JOSE JANENE
 JOSE LOURENCO
 JOSE LUIZ CLEROT
 JOSE PINOTTI
 JOSE REZENDE
 JULIO REDECKER
 LAPROVITA VIEIRA
 LEOPOLDO BESSONE
 LIMA NETTO
 LUCIANO CASTRO
 LUIZ BUAIZ
 LUIZ DURAO
 LUIZ FERNANDO
 LUIZ GUSHIKEN
 LUIZ MAINARDI
 MARCELO DEDA
 MARCOS LIMA
 MARCUS VICENTE
 MARIA VALADAO
 MARIO CAVALLAZZI
 MARQUINHO CHEDID
 MAURO LOPES
 MENDONCA FILHO
 MOISES LIPNIK

NAN SOUZA
 NEDSON MICHELETI
 NELSON MARQUEZZI
 NELSON MEURER
 NELSON TRAD
 NICIAS RIBEIRO
 NILSON GIBSON
 ODACIR KLEIN
 ODILIO BALBINOTTI
 OLAVIO ROCHA
 OSCAR GOLDONI
 OSMANIO PEREIRA
 OSMAR LEITAO
 OSMIR LIMA
 OSVALDO BIOLCHI
 OSVALDO REIS
 PAES DE ANDRADE
 PAULO BERNARDO
 PAULO BORNHAUSEN
 PAULO FEIJO
 PAULO GOUVEA
 PAULO RITZEL
 PEDRINHO ABRAO
 PEDRO CANEDO
 PEDRO CORREA
 PIMENTEL GOMES
 PINHEIRO LANDIM
 RAIMUNDO SANTOS
 RAUL BELEM
 REGINA LINO
 RENAN KURTZ
 RICARDO BARROS
 ROBERIO ARAUJO
 ROBERTO BALESTRA
 ROBERTO BRANT

ROBERTO FONTES
 ROBERTO PAULINO
 ROBERTO PESSOA
 ROBERTO VALADAO
 ROBSON ROMERO
 ROMEL ANIZIO
 RONALDO SANTOS
 RUBENS COSAC
 SALATIEL CARVALHO
 SALOMAO CRUZ
 SANDRO MABEL
 SAULO QUEIROZ
 SERAFIM VENZON
 SERGIO BARCELLOS
 SEVERIANO ALVES
 SEVERINO CAVALCANTI
 SILAS BRASILEIRO
 SILVERNANI SANTOS
 SILVIO TORRES
 SIMARA ELLERY
 USHITARO KAMIA
 VALDIR COLATTO
 VALDOMIRO MEGER
 VICENTE ARRUDA
 VITTORIO MEDIOLI
 WAGNER ROSSI
 WALDOMIRO FIORAVANTE
 WELINTON FAGUNDES
 WELSON GASPARINI
 WILSON CIGNACHI
 WILSON CUNHA
 ZE GOMES DA ROCHA
 ZILA BEZERRA

Assinaturas que Não Conferem

CANDINHO MATTOS
 CLEONANCIO FONSECA
 COLBERT MARTINS
 DARCISIO PERONDI
 EZIDIO PINHEIRO
 NELSON MARCHEZAN
 PEDRO VALADARES
 SILVIO PESSOA
 WILSON BRAGA

Assinaturas de Deputados(as) Licenciados(as)

CHICAO BRIGIDO
 ELISEU PADILHA
 JOAO MAIA
 MARCELO TEIXEIRA

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Seção de Atas

Ofício nº 076/97

Brasília, 27 de maio de 1997.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Senhor Valdemar Costa Neto e outros, que "Inclui artigo no Título IX - Das Disposições Constitucionais Gerais - estabelecendo critério para efeito de pagamento de aposentadoria, quando o segurado houver pertencido a diferentes regimes de previdência social e revoga o § 3º do art. 40 e o § 2º do art.

202 da Constituição Federal" contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

178 assinaturas válidas,
009 assinaturas que não conferem e
004 assinaturas de deputados licenciados.

Atenciosamente,


CRISTIANO DE MENEZES FEU
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
N E S T A

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeLI"

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

SEÇÃO II Dos Servidores Públicos Civis

Art. 40 - O servidor será aposentado:

§ 3º - O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

TÍTULO VIII Da Ordem Social

CAPÍTULO II Da Seguridade Social

SEÇÃO III Da Previdência Social

Art. 202 - É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

§ 2º - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

TÍTULO IX Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 246 - É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.

* Artigo acrescentado pelas Emendas Constitucionais números 6 e 7, de 13.08.1993.